

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cesar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 4679/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 72ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Clarissa Carlotto Torres, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo Criminal nos dias 29 e 30.9.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4680/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 23ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Regina Dornte Broch, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos períodos de 17.9 a 2.10 e 13 a 16.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4681/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 43º Promotor de Justiça de Campo Grande, Luiz Eduardo Lemos de Almeida, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 1ª Vara do Juizado Especial Central (1) da referida Comarca no período de 17.9. a 16.10.2022, em razão de afastamento da Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4682/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 10ª Promotora de Justiça de Dourados, Rosalina Cruz Cavagnolli, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 16ª Promotoria de Justiça da referida Comarca nos dias 22 e 23.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo Rotunno.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4683/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 2ª Promotora de Justiça de São Gabriel do Oeste, Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no dia 15.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4684/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 40ª Zona Eleitoral no dia 15.9.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Daniel Higa de Oliveira.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4688/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Três Lagoas, Fernando Marcelo Peixoto Lanza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Porto Murtinho no dia 22.9.2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4695/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de São Gabriel do Oeste, Daniel Higa de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Dois Irmãos do Buriti no dia 22.9.2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4696/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 65º Promotor de Justiça de Campo Grande, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Costa Rica, no julgamento dos Autos nº 0002043-38.2021.8.12.0009, no dia 17.10.2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4697/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 66º Promotor de Justiça de Campo Grande, Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara do Juizado Especial Central (1) da referida Comarca no dia 21.9.2022.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4691/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Claudio Rogerio Ferreira Gomes 5 (cinco) dias de compensação no período de 12 a 16.12.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 10 a 17.1 e 24 a 31.1.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4692/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Claudio Rogerio Ferreira Gomes 1 (um) dia de férias compensatórias no dia 9.12.2022, referente ao feriado forense de 20.12.2019 a 6.1.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4690/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Renata Ruth Fernandes Goya Marinho 2 (dois) dias de compensação nos dias 29 e 30.9.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão no período de 11 a 18.4.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4693/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 22 e 23.9.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2019 a 6.1.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4689/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão 2 (dois) dias de férias compensatórias nos dias 13 e 14.10.2022, referentes ao feriado forense de 20.12.2019 a 6.1.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4686/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Atas de Registros de Preços nºs 25/PGJ/2022, 26/PGJ/2022, 27/PGJ/2022, 28/PGJ/2022 e 29/PGJ/2022, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; e revogar a Portaria nº 4416/2022-PGJ, de 2.9.2022 na parte que designou os servidores Caio Ferreira Campos e Luana Rotta Vollkopf Curto (Processo PGJ/10/1705/2021).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 4687/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais das Atas de Registros de Preços nºs 30/PGJ/2022, 31/PGJ/2022, 32/PGJ/2022, 33/PGJ/2022 e 34/PGJ/2022, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; e revogar a Portaria nº 4388/2022-PGJ, de 1º.9.2022 na parte que designou os servidores Caio Ferreira Campos e Luana Rotta Vollkopf Curto (PGA nº 09.2021.00006792-6).

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 4676/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Thiago Russo Nantes, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Divisão de Monitoramento de Metas e Indicadores Estratégicos nos dias 2.5; 14 e 15.6; 21.7 e 12.8.2022, em razão de afastamento do titular, Pedro Henrique Cavalcante de Oliveira.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 4678/2022-PGJ, DE 20.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Maria Alice da Silva Paiva Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnica I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Corumbá e designada para prestar serviços na 7ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 5ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 12 a 21.9.2022, em razão de afastamento do servidor Renan da Silva Ovando, Técnico II.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1081/2022/PGJ, DE 16.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Katheleen Taira de Medeiros, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 31.10 a 9.11.2022 e de 6 a 15.3.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 21 a 30.11.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1082/2022/PGJ, DE 16.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Luciane Freitas de Lima, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.1.2023 e de 10 a 19.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 31.10 a 9.11.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1083/2022/PGJ, DE 16.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Luis Henrique Zaidan Blecha, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas nos períodos de 1 a 10.3.2023 e de 3 a 12.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 2 a 11.2.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1084/2022/PGJ, DE 16.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Adriana Calgaro Gomes, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 23.11 a 2.12.2022 e de 10 a 19.7.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 16 a 25.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-1085/2022/PGJ, DE 16.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias ao servidor Eudes Limeira da Silva, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 7 a 16.12.2022 e de 23.2 a 4.3.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 13 a 22.1.2023, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1086/2022/PGJ, DE 16.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Conceder férias à servidora Aydil Carneiro de Souza, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.12.2022 e de 23.2 a 4.3.2023, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 17 a 26.10.2022, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1087/2022/PGJ, DE 16.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-441/2022-PGJ, de 10.5.2022, que concedeu férias à servidora Bruna Berto de Castro, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 28.9 a 7.10.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 16 a 25.11.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1088/2022/PGJ, DE 16.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-238/2022-PGJ, de 11.3.2022, que concedeu férias à servidora Raissa Bernardino Campos, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas nos períodos de 26.9 a 5.10.2022, de 2 a 11.8.2023 e de 25.10 a 3.11.2023", passe a constar: "a serem usufruídas nos períodos de 3 a 12.10.2022, de 24.10 a 2.11.2022 e de 12 a 21.5.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



**PORTARIA Nº e-1106/2022/PGJ, DE 19.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-979/2021-PGJ, de 25.8.2021, que concedeu férias à servidora Jackeline Nunes Lechuga, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 27.9 a 6.10.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 9 a 18.12.2022", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1107/2022/PGJ, DE 19.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-1488/2021-PGJ, de 17.11.2021, que concedeu férias ao servidor Kelvin Alexandre Garcia, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 8 a 17.9.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 23.2 a 4.3.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-1108/2022/PGJ, DE 19.9.2022**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº e-920/2021-PGJ, de 13.8.2021, que concedeu férias à servidora Lessandra Junqueira da Cunha, de forma que, onde consta: "a serem usufruídas no período de 5 a 14.9.2022", passe a constar: "a serem usufruídas no período de 21 a 30.6.2023", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**CONSELHO SUPERIOR****AVISO Nº 65/2022/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

**1) Inquérito Civil nº 06.2017.00001095-3** - 11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Dourados - Assunto: Apurar a ocorrência de irregularidade urbanística consistente na falta de manutenção da pavimentação asfáltica das vias públicas da cidade de Dourados/MS, que estão sendo tomadas de buracos e deformidades tornando as ruas intransitáveis e obstaculizando o tráfego de veículos no município, bem como atentando contra a própria dignidade física dos munícipes, bem como colher informações, depoimentos, documentos e outras provas para elucidação da verdade, adequação dos fatos à legislação em vigor e eventual imposição das penalidades legais.

**2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001706-8** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar supostas irregularidades no Processo nº 55/2012 - Convite nº 004/2012, notadamente suposta violação à isonomia e competitividade do certame, bem como possível superfaturamento dos serviços.

**3) Inquérito Civil nº 06.2018.00000224-6** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Cesar Stein Minhos - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do Lote 263 do Assentamento Conceição (Operação "Cachorro-Vinagre"). **Advogado: Paulo Renan Pache Corrêa, 13.961.**

**4) Inquérito Civil nº 06.2018.00001244-4** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Nioaque/MS - Assunto: Apurar eventual responsabilidade da Administração Pública local em relação à precariedade da estrada vicinal conhecida como "Caroba", localizada no município de Nioaque/MS.

**5) Inquérito Civil nº 06.2018.00001307-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Edemilson José Holler - Assunto: Apurar a prática de ato de improbidade administrativa consistente na liberação ilegal de veículo apreendido durante tramitação do Inquérito Policial nº 0000398-55.2015.8.12.0019.

**6) Inquérito Civil nº 06.2018.00001439-7** - 11ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos e AGESUL e Consórcio Guizardi / J. Gabriel - Assunto: Apurar notícia indicativa de eventuais irregularidades na implantação de ondulações e sinalizações transversais na Rodovia MS 162, que liga a cidade de Dourados à cidade Universitária. (IC nº 28/2014/PJDHU, migrado para o SAJMP).

**7) Inquérito Civil nº 06.2018.00001732-8** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Nioaque - Assunto: Apurar eventual irregularidade na aquisição de merenda escolar pelo município de Nioaque nos anos de 2013 e 2014. **Advogado: Thiago Borges Vançan dos Santos, OAB/MS nº 14.388.**

**8) Inquérito Civil nº 06.2018.00002112-1 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque.

**9) Inquérito Civil nº 06.2018.00002147-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Aldiley Aparecido Silva Cavalheiro, Alexandre Pessatto da Silva, Noêmia Silva Aguiar Cavalheiro e Noeder Silva Cavalheiro - Assunto: Investigar a ocorrência de desmatamento ilegal nos imóveis rurais Fazenda Nossa Senhora Aparecida Parte I (CARMS nº 0004731) e Fazenda Nossa Senhora Aparecida Parte II (CARMS nº 0004743), bem com a regularidade na instituição de sua respectiva área de reserva legal e conservação das áreas de preservação permanente e do solo, conforme passivos apontados no Parecer Técnico nº 379/21/CEIPPAM.

**10) Inquérito Civil nº 06.2018.00002205-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Darleno Cardoso - Assunto: Apurar possível dano ambiental ocorrido na Colônia Padroeira do Brasil, loteamento Capatazia em Nioaque/MS, de propriedade de Darleno Cardoso. (IC nº 21/2016, migrado para o SAJMP)

**11) Inquérito Civil nº 06.2018.00002210-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alair Bazilio da Costa Souza - Assunto: Apurar possível dano



ambiental ocorrido na Chácara Santa Elena - Colônia Padroeira do Brasil, em Nioaque/MS, de propriedade de Alair Bazilio da Costa Souza. (IC nº 20/2016, migrado para o SAJMP)

**12) Inquérito Civil nº 06.2019.00000232-8** - 11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Lucena e Vaz Ltda - Duff Conveniência - Assunto: Apurar a regularidade ambiental e urbanística do estabelecimento "Duff Conveniência", especialmente a prática de transtornos à ordem urbanística e ambiental.

**13) Inquérito Civil nº 06.2019.00000738-9** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Associação Beneficente de Campo Grande - Santa Casa - Assunto: Apurar se o Hospital Santa Casa de Campo Grande está cumprindo suas habilitações como "Centro de Referência de Alta Complexidade em Neurologia/Neurocirurgia", especialmente, se possui o Serviço de Assistência em Alta Complexidade em Tratamento Neurocirúrgico da Dor e Funcional, previsto como obrigatório, conforme art. 5º e 4º da Portaria SAS/MS nº 756, de 27 de dezembro de 2005.

**14) Inquérito Civil nº 06.2019.00001350-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Fazenda Garoupa e Garoupa 2 - Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 3,33 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Garoupa e Garoupa 2 em Bela Vista/MS.

**15) Inquérito Civil nº 06.2020.00001132-7 (Sigiloso)** - 50ª Promotoria de Justiça de Execução Penal da comarca de Campo Grande.

**16) Inquérito Civil nº 06.2021.00000189-9** - 76ª Promotoria de Justiça da Saúde da comarca de Campo Grande - Requerentes: Ministério Público Estadual e o CRM - MS - Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso do Sul - Drª. Rosana Leite de Melo - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar insuficiência de terapeutas ocupacionais e segurança aos pacientes do CAPS AD IV".

**17) Inquérito Civil nº 06.2021.00000569-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Hermogênio Dorazio Júnior - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da ausência de 148,26 hectares para a composição de Reserva Legal e de 19,02 hectares de vegetação arbórea densa nas áreas também delimitadas como Reserva Legal (fora das APPs), além de 6,65 hectares ausentes de vegetação arbórea densa nas áreas de preservação permanente, na Fazenda São Nicolau, em Naviraí/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Parecer nº 005/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Curupaí).

**18) Inquérito Civil nº 06.2021.00000575-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Agropecuária Medeiros Navarro Ltda - Assunto: Caracterização Ambiental da propriedade fazenda Água Vermelha Área E, em Naviraí conforme Parecer nº 072/2020 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios Projeto Córrego Engano).

**19) Inquérito Civil nº 06.2021.00000623-9** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Marcelo Henrique Bassi - Assunto: Apurar a ausência de 7 hectares de vegetação arbórea densa nas áreas delimitadas como Reserva Legal e áreas remanescentes de vegetação nativa, na fazenda Nova Esperança, em Angélica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 013/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS RIOS: Projeto Córrego Engano).

**20) Inquérito Civil nº 06.2021.00000649-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Juvandir Pereira de Sá - Assunto: Apurar a ausência de 1,48 ha para composição do mínimo de 20% de Reserva Legal e 1,44 ha com ausência de vegetação arbórea densa em área de APP, na Fazenda Encontros, em Angélica, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 020/2020 CEIPPAM.

**21) Inquérito Civil nº 06.2021.00000678-3 (Sigiloso)** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Caarapó.

**22) Inquérito Civil nº 06.2021.00000746-0 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara.

**23) Inquérito Civil nº 06.2021.00000908-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Ponta Porã - Assunto: Apurar a metodologia adotada pela Câmara de Vereadores de Ponta Porã quanto à remuneração no período de licenças saúde e afastamentos dos servidores comissionados após o 16º dia de afastamento, considerando que os ocupantes dos cargos de provimento em comissão se submetem ao Regime Geral de Previdência Social.

**24) Inquérito Civil nº 06.2021.00000950-3** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Sidemar Antonio Gerlack e Sidney Ivo Gerlack - Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do o déficit de 48,86 hectares em área de Reserva Legal, na Fazenda Flecha Dourada, em Angélica/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme conclusão do Parecer nº 035/2021



CEIPPAM/LASANGE-UEMS (Programa SOS Rios Projeto Córrego Engano).

**25) Inquérito Civil nº 06.2021.00001010-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a notícia de suposta ofensa a princípio administrativo a partir da nomeação de servidor público para ocupar o cargo de provimento em comissão de Gerente de Equipe de Iluminação Pública da Prefeitura Municipal de Naviraí, por meio da Portaria nº 416, de 29/06/2021.

**26) Inquérito Civil nº 06.2021.00001151-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Clóvis Augusto de Oliveira Rodrigues, Fazenda Santa Rita de Cássia - Assunto: Apurar desmatamento possivelmente ilegal de 8,5 hectares de vegetação nativa localizada em área proposta para constituição de reserva legal, e de 12,34 hectares de vegetação nativa localizada fora de área de reserva legal, ocorridos na Fazenda Santa Rita de Cássia, em Caracol/MS, detectados pelo Parecer Nugeo nº 546/19.

**27) Inquérito Civil nº 06.2021.00001314-0 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara.

**28) Procedimento Preparatório nº 06.2021.00001378-4** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nova Alvorada do Sul - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar eventual ilegalidade no aluguel, por parte do Poder Executivo Municipal, de aparelho de eletrocardiograma para atendimento às necessidades do Hospital Municipal.

**29) Inquérito Civil nº 06.2022.00000130-4** - Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Angélica - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Naiara Tenório de Albuquerque - Assunto: Apurar a irregularidade jurídico-ambiental referente a não inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, da propriedade pertencente ao Lote nº 10, em Angélica/MS, conforme Parecer nº 048/2021 CEIPPAM/LASANGE-UEMS (PROGRAMA SOS Rios).

**30) Procedimento Preparatório nº 06.2022.00000392-4 (Sigiloso)** - Promotoria de Justiça da Infância e Juventude da comarca de Água Clara.

**31) Inquérito Civil nº 06.2022.00000790-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Edgar Melo dos Santos - Assunto: Apurar danos em área de preservação permanente causados pela presença de animais bovinos, na Chácara Recanto Primavera, em Novo Horizonte do Sul/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental nº 030/3ºGPM/ 1ºPEL/BPMA/2022.

**32) Inquérito Civil nº 06.2017.00000725-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Ribas do Rio Pardo - Assunto: Apurar eventuais omissões ou irregularidades na concessão de licenças ambientais para atividades poluidoras no Município de Ribas do Rio Pardo.

**33) Inquérito Civil nº 06.2018.00001289-9** - 1ª Promotoria de Justiça da Habitação e Urbanismo da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Irimar Carvalho Costa, Município de Aral Moreira e Wilson Oliveira Carvalho - Assunto: Investigar possível desvio de finalidade e violação ao princípio da impessoalidade na execução da Lei Municipal nº 588 de 22 de setembro de 2003 que dispõe sobre o desmembramento da área de terra adquirida para a implantação do Parque Industrial e autorização para a criação do parque hortifrutigranjeiro de Aral Moreira/MS. (IC nº 01/PPS/2009/1ªPJPP, migrado para o SAJMP).

**34) Inquérito Civil nº 06.2021.00001528-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Negro - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Prefeitura Municipal de Rochedo - MS - Assunto: Apurar eventual ilicitude na renúncia de receitas, por parte do Chefe do Poder Executivo Municipal de Rochedo, no tocante à arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

Campo Grande, 21 de setembro de 2022.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE004329 DE 16.09.2022 DO PROCESSO Nº 09.2022.00008877-0**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Diluz Comércio de Materiais Elétricos.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 30/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 22/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de materiais elétricos (passa fio, plugs, refletores, tomadas, etc) para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 3.740,00 (três mil setecentos e quarenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE004329 de 16.09.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000506 DE 19.09.2022 DO PROCESSO 09.2022.00008922-4**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000506, de 19.09.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE000507 DE 19.09.2022 DO PROCESSO 09.2022.00008922-4**

Unidade Gestora: Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: A2GB Comércio e Serviços Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE000507, de 19.09.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE004365 DE 19.09.2022 DO PROCESSO 09.2022.00008213-1**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Fenix Brasil Compra, Venda. Importação e Exportação.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 27/PGJ/2022 - Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2022.

Objeto: Fornecimento de material de copa e cozinha com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE004365, de 19.09.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.



**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 178/PGJ/2021**

Processo: 09.2021.00006622-7

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **D ORNELLAS ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO EIRELI.**, representada por **João Pedro Figueiró D Ornellas**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 57, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogação do prazo para execução dos serviços**, por mais 130 (cento e trinta) dias corridos.

Vigência: 20.09.2022 a 12.01.2023.

Data de assinatura: 20 de setembro de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 115/PGJ/2022**

Processo: 09.2022.00009204-0

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **NÚBIA CRISTINA DOS SANTOS 08605116773**, representada por **Núbia Cristina dos Santos**.

Procedimento Licitatório: Dispensado.

Amparo legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Prestação de serviços gráficos de impressão personalizados para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE004282, datada de 14.09.2022.

Vigência: 19.09.2022 até 19.09.2023.

Data de assinatura: 19 de setembro de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 120/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00006930-6

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;2- **SEPROL - COMÉRCIO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA.**, representada por **Andrei Garcia**.

Procedimento Licitatório: Adesão à Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico sob o nº 004/2022 - Código Identificador no Licitações-E: 927376, do Processo Administrativo PGA nº 09.2021.00009668-7 do Ministério Público do Estado do Ceará.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores; Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (e suas alterações); Decreto Estadual nº 32.824/2018, Decreto Estadual nº 33.326, de 29/10/2019 e Decreto Federal nº 10.024/2019.

Objeto: Fornecimento, pela Contratada, de *switches* LAN e componentes acessórios, serviço de instalação, suporte técnico *on-site* e garantia estendida de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, para expansão dos equipamentos de rede do MPMS.

Valor total: R\$ 265.197,00 (duzentos e sessenta e cinco mil cento e noventa e sete reais), nos termos das Notas de Empenho nº 2022NE000499 e nº 2022NE000500, datadas de 15.09.2022.

Vigência: 20.09.2022 até 20.09.2023.

Data de assinatura: 20 de setembro de 2022.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 126/PGJ/2022**

Processo nº 09.2022.00006187-0

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;**2- A S PINTO**, representada por **Adriano Silva Pinto**.

Procedimento licitatório: Dispensado.

Amparo legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Prestação de serviços, pela Contratada, de produção de vídeos audiovisuais institucionais, documentais, jornalísticos, educativos e/ou informativos, de curta duração para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor total: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE004211, de 09.09.2022.

Vigência: 20.09.2022 até 20.09.2023.

Data de assinatura: 20 de setembro de 2022.

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2021**

Processo: PGJ/10/2207/2021

Partes:

**1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;**2- A2GB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **André Luiz Pereira Alves**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Substituição de marca do item 26, lote 4, registrado na Ata de Registro de Preços nº 05/PGJ/2022, do Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
4	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)
	26	Bomba para remoção de condensado (...). Marca: <b>Vix</b> .	Unidade	20	500,00
	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Data de assinatura: 20 de setembro de 2022.



**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****DEODÁPOLIS****EDITAL Nº 0041/2022/PJ/DPS.**

Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas Nº 09.2022.00004414-8.

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas nº 09.2022.00004414-8, cujos dados e documentos seguem sob sigilo até ulterior deliberação, nos termos do art. 30 da Resolução nº 0015/2007/PJG.

Deodápolis/MS, 21 de setembro de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.

**ELDORADO**

**06.2022.00000520-0**

**EDITAL Nº 0010/2022/PJ/EDD**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a retificação da Portaria de Instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade.

Inquérito Civil: nº 06.2022.00000520-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Alexandre Borges Turquino, Andrea Borges Turquino e José Moacir Turquino

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da supressão de 1,12 hectares de vegetação nativa em área de Reserva Legal integrante do Bioma Mata Atlântica, bem como a utilização irregular de 18,14 m³ de madeira nativa e a supressão de 0,07 hectares em área de preservação permanente, na Fazenda Nova Bonanza, em Eldorado/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme os Autos de Infração n. 3701, n. 3703 e n. 3704, respectivamente.

Eldorado/MS, 19 de setembro de 2022

FABIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS  
Promotor de Justiça

**06.2020.00001089-4****EDITAL N° 0011/2022/PJ/EDD**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Eldorado/MS torna pública a retificação da Portaria de Instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Assis Chateaubriand, 1.555, Bairro das Palmeiras, nesta cidade.

Inquérito Civil: nº 06.2020.00001089-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Flávio Pascoa Teles de Menezes, Fabio Pascua Telles de Menezes, José Pascua Teles de Menezes, Mário Telles de Menezes Manzolli, Fabiana Telles de Menezes Manzolli e Juliana Telles de Menezes Manzolli.

Assunto: apurar irregularidades ambientais na Fazenda Macuco, neste município de Eldorado, em decorrência de desmatamento de 10,60 hectares de área com vegetação nativa ou de espécies nativas localizada fora de área de reserva legal, de domínio privado, sem aprovação prévia do órgão ambiental competente.

Eldorado/MS, 19 de setembro de 2022

FABIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS

Promotor de Justiça

---

**RIO NEGRO**

---

**EDITAL N.º 0019/2022/PJ/RNG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Rio Negro/MS.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil: 06.2022.00000747-5

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Corguinho

Assunto: Fiscalizar a construção da ponte interligando a cidade de Corguinho ao Assentamento Liberdade Camponesa.

Rio Negro, 21 de setembro de 2022

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA

Promotora de Justiça